



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

FRANCIELE GRIGÓRIO ALMEIDA

**A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
HISTORIOGRÁFICAS**

**GUARABIRA
2016**

FRANCIELE GRIGÓRIO ALMEIDA

**A Revolução constitucionalista de 1932: Algumas considerações
historiográficas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação de História da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador (a): Dr. Martinho Guedes dos Santos
Neto

GUARABIRA

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A447r Almeida, Franciele Grigório

A revolução constitucionalista de 1932 [manuscrito] : algumas considerações historiográficas / Franciele Grigorio Almeida. - 2016.

27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Martinho Guedes dos Santos Neto, Departamento de História".

1. Constitucionalistas 2.Revolução de 1932. 3.São Paulo. I. Título.

21. ed. CDD 981

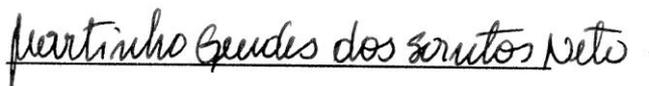
Franciele Grigório Almeida

**A Revolução constitucionalista de 1932:
Algumas considerações historiográficas**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de curso de graduação de História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciado em história.

Trabalho de conclusão de curso aprovado em 26 / 10 / 2016

Banca Examinadora



Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
(Orientador- UEPB)



Prof. Ms. Rivaldo Amador de Sousa
(Examinador - UEPB)



Profª. Drª Simone da Silva Costa
(Examinador - UEPB)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu amado Pai José Almeida (in memoriam), por ter planejado essa conquista comigo e sempre ter sido o maior incentivador dos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela dádiva da vida, por renovar a cada momento minha força e disposição diante das dificuldades diárias e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada.

Ao meu pai José Almeida (in memoriam), que durante anos foi pai e mãe me deixando o maior ensinamento de todos, que os obstáculos e adversidades da vida superamos enfrentando-os de cabeça erguida. O meu melhor amigo, incentivador dessa conquista expresso o meu maior agradecimento.

A minha mãe Francisca que embora não esteve presente durante minha formação acadêmica nunca mediu esforços para que a educação fosse prioridade em minha vida.

Ao meu irmão Júnior por ser minha família, por dividir comigo as responsabilidades e pela compreensão durante minha ausência para que eu pudesse terminar esse trabalho.

A minha Querida tia e madrinha Judivan Almeida, que durante toda a vida foi minha segunda mãe, exemplo de profissional na qual eu me espelho para ser uma grande professora, obrigada por todo o incentivo.

As minhas primas Rita de Cássia e Renalle Maíra, por se fazerem presente durante toda a minha vida estudantil, por terem me ensinado as primeiras tarefinhas e por sempre preservarem o laço de amizade que nos une.

A minha madrinha Lúcia Helena e seu esposo O'neill, por me acolherem em sua família como filha a qual hoje me sinto parte, não se esquecendo dos meus irmãos de coração Xavier Netto, Laís e Julianna, serei eternamente agradecida pelo amor e carinho que vocês me proporcionam.

A Monike Matias e Laís Guedes minhas amigas de infância, que me concederam o privilégio da amizade verdadeira, sempre me guiando pelo melhor caminho, agradeço por toda cumplicidade, incentivo e por acreditarem na minha capacidade. Essa vitória também é de vocês!

Entre tantos amigos que a vida me permitiu escolher agradeço a Amanda Nascimento minha eterna dupla nos trabalhos do ensino médio e hoje minha amiga, confidente, conselheira, por sempre acreditar e torcer pela minha felicidade. A Rayanne Thaysa por oferecer sua amizade no momento em que mais precisei

obrigada pelo companheirismo diário, pelas conversas que muito contribuíram para me acalmar durante o período da construção deste trabalho.

Aos queridos colegas da turma de História em especial a Everaldo Júnior e Luara Justino por não me deixarem desistir do curso nas vezes que quis fraquejar. Aos colegas Júnior Miranda, César Miranda, Wellington, Dannielly, Jackson e Janielle os companheiros da jornada diária no percurso Belém/Guarabira durante os cinco anos de graduação.

A Verônica Lins por quem tenho apreço e admiração, por compreender todas as vezes que precisei me ausentar do trabalho para realizar minhas atividades acadêmicas fator que muito contribuiu para que eu pudesse conciliar trabalho e estudos. Também agradeço as minhas colegas de trabalho Nielma Xavier e Marilene Fernandes pelo grande suporte que me ofereceram nesses últimos meses e por agüentar meu stress e sempre estarem na torcida pra que desse tudo certo.

Especialmente agradeço ao Professor Doutor Martinho Guedes pela paciência, pelos conhecimentos transmitidos e competência que orientou esse trabalho que resultou numa experiência positiva. Obrigada pela confiança e dedicação!

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	
INTRODUÇÃO	07
OS ANTECEDENTES DE 1932	08
A GUERRA PAULISTA E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS	10
A HISTORIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO DE 1932	23
CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

A Revolução constitucionalista de 1932: Algumas considerações historiográficas

*Franciele Grigório Almeida

RESUMO: Objetivamos com esta pesquisa, problematizar a Revolução de 1932, analisando suas causas e implicações no decorrer do movimento. Desmitificando a construção do discurso constitucionalista através das reflexões historiográficas. Por tanto faremos o relato da trajetória do movimento armado de 1932 considerando as primeiras articulações políticas após o fim da Revolução de 1930. Conclui-se que a Revolução de 1932 foi à revolta armada desencadeada da insatisfação paulista, assim podemos considerá-la uma Contra-Revolução.

PALAVRAS-CHAVES: Revolução de 1932. Constitucionalistas. São Paulo.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca entender o que foi a Revolução de 1932, isso só é possível no momento que entendemos o que ocasionou a insatisfação paulista. Para maior compreensão é necessário desmistificar a luta entre oligarquia e tenentismo que resultou na Revolução de 1930, onde surgem os primeiros indícios do conflito armado entre São Paulo e o Governo revolucionário.

Neste artigo, pretende-se problematizar e discutir os embates e interesses políticos dos partidos contrários a Vargas, que são considerados principais protagonistas da Revolução. O inconformismo dos partidos com as primeiras providências tomadas pelo presidente do Governo Provisório (1930) transformou-se numa contestação em busca da volta do domínio das elites paulistas sobre o estado. O discurso Constituinte era a principal arma da articulação contra Vargas.

Refletir sobre 1932 é desvendar os discursos de poder que marcam a memória sobre a Revolução, a historiografia concentrou conhecimentos opostos a respeito do tema, o debate sobre a natureza do confronto nos mostra duas linhas principais à de que São Paulo lutava pela “Reconstitucionalização” do país, e a de que o levante armado é considerado uma Contra- Revolução.

Com base em algumas considerações analisadas sobre o assunto o objetivo é entender o que foi a Revolução de 1932, suas causas e implicações, e ao mesmo tempo relatar e esclarecer as definições empregadas para classificar a luta armada de São Paulo e Governo.

OS ANTECEDENTES DE 1932:

Após o Golpe de Estado de 1930 que impediu à posse de Júlio Prestes a presidência, levando o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas ao poder, o que se percebeu foi uma intensa transformação política nos primeiros meses do novo governo “revolucionário”, ao assumir o Governo Provisório, Vargas acabou com o Congresso e as Assembléias Legislativas, substituiu os governadores dos estados por interventores federais, com a incumbência de governarem até a aprovação de uma Nova Constituição. Contudo, depois de dois anos de Governo (entre 1931 e 1932), a nova constituição ainda não havia sido convocada, o que provocou insatisfação dos grupos políticos contrários a Getúlio Vargas, entre eles – os Paulistas, que acusavam Vargas de retardar a elaboração da Nova Constituição em uma tentativa de se perpetuar no poder.

No conjunto político do pós-1930, a acusação dos opositores da chamada “revolução de 1930”, esteve pautada em um intenso jogo de acusações políticas, capitaneados por São Paulo, a oposição a Getúlio Vargas alegava a legalidade e a restauração da ordem constitucional (HILTON, 1982). Entretanto, a inconformidade dos paulistas tinha outras motivações: a tentativa de retomada da antiga ordem legalista em que, ao largo dos interesses dos outros estados da federação, privilegiou os interesses dos cafeicultores do centro sul.

Uma vez que, com o discurso de restauração da sua autonomia política, exigiam uma nova Constituição, onde o objetivo imediato era ter o controle sobre o Estado o qual não os pertencia mais desde 1930, quando Vargas assumiu a presidência. Haja vista que o arranjo de poder costurado pelo então presidente

começou a dá os primeiros passos em direção à centralização estatal do aparato de poder do Estado brasileiro.

Isso porque São Paulo liderou economicamente a federação e durante toda a Primeira República (1889-1930) com uma base econômica calçada na produção de produtos primários e, sobretudo na produção de café, a balança comercial brasileira e a acumulação de capital girava em torno desse produto. Portanto, construir um discurso de retorno da sua autonomia política, implicava também, na restauração dos acordos políticos e da estrutura governamental da chamada política dos governadores¹.

Além de ser o maior produtor de café da República Velha, São Paulo também controlou politicamente o país durante anos junto com Minas Gerais que ocupava o segundo lugar na produção do café, o acordo político entre esses dois estados resultou na chamada Política do Café com Leite. Muito propícia a junção entre as duas maiores federações agroexportadora do país, garantiu a união dos poderes econômicos e político ao mesmo tempo impediu que o poder se monopolizasse ou de um lado ou de outro, sendo bem mais conveniente para ambas as partes se unirem, fato que impedia a disputa entre as duas maiores bancadas políticas do país pela presidência.

Durante o século XIX o mercado mundial entrou em crise o que gerou a desvalorização do café, a partir daí foram organizadas no Brasil políticas protecionistas do café, visando à valorização do preço do produto, o alto nível dos preços do café no mercado mundial obtidos pela política de valorização atraía cada vez mais capital para o setor cafeeiro que gerava lucros altíssimos para os produtores, estimulando a produção cafeeira e conseqüentemente subindo o número de cafeeiros o que impedia que os produtores agrícolas visassem outra área da economia brasileira. São Paulo apresentava seus interesses como interesses de todo o país justamente por dominarem o país politicamente e possuírem a maior economia.

Porém a valorização do café teve seu ponto negativo, os produtores de café eram estimulados cada vez mais a produzir, para equilibrar o preço do produto compravam sacas e para realizar essas compras faziam empréstimos estrangeiros.

¹Acordo político firmado durante o período da República Velha (1889-1930), com o intuito de unir os interesses dos políticos locais marcado pelas oligarquias estatais da época juntamente ao governo federal, a fim de garantir o controle do poder político.

Em 1929 a compra do café diminuiu no mercado mundial por conta da crise financeira, enquanto a produção no Brasil só aumentava causando uma situação complicada no país, a partir disso o país deveria desestimular o aumento do cultivo de café, mas isso não aconteceu. A política de valorização ao café comprometeu os produtores e a economia brasileira em si.

Em 1930 Vargas retirou dos paulistas a autonomia de definir as políticas de incentivo ao café com o objetivo de impedir uma crise maior no setor cafeeiro. As ações implantadas pelo governo revolucionário desprestigiaram, gradativamente os produtores paulistas, que além de perder o domínio sobre a economia do país perdeu também o poder político.

A GUERRA PAULISTA E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

O Partido Democrático (PD) sendo aliado de Vargas na Revolução de 30 exigia a nomeação do líder do partido Francisco Morato para interventor de São Paulo, a indicação vinha da Junta Militar, que após depor Washington Luís assumiu o controle do estado.

O PD esperava o reconhecimento do presidente para assumir politicamente o controle do estado por esse motivo articularam o apoio a Vargas e seus correligionários no golpe que depôs Júlio Prestes, antes disso o partido não obteve chance no quadro político. Para os homens de confiança do presidente Miguel Costa e seu companheiro de algumas batalhas João Alberto, essa indicação não era bem vista. Afirmavam que o estado deveria ser governado por políticos profissionais, mas por trás disso tinha os interesses pessoais de João Alberto que era tornasse interventor de São Paulo.

Para ganhar tempo na questão política de São Paulo, Vargas enviou o coronel João Alberto para cuidar da organização administrativa do Estado. Tentando apaziguar a situação com o PD o secretariado convocado por João Alberto era formado por membros do partido, essa atitude agravou ainda mais a situação entre o PD e o Governo Federal já que a exigência era clara: a interventoria do estado, além disso, os democráticos já não se entendiam com os revolucionários.

As primeiras medidas tomadas por João Alberto deixou evidente aos democráticos que ele estava articulando ações para se tornar oficialmente

interventor tentando consolá-los com cargos no secretariado. Tendo em vista que o presidente não resolveria a situação a favor dos democráticos o orgulho tomou conta rapidamente do partido.

Por outro lado Vargas sofria a forte pressão de João Alberto, revolucionário de grande prestígio no meio tenentista, exigia que o presidente lhe entregasse o poder de São Paulo, pois para ele o Partido Democrático não merecia consideração por parte do presidente já que os mesmos lutaram de maneira passiva nas eleições de 30, mostrando também que seria conveniente sua participação política em São Paulo já que os miguelistas (ligados a Miguel Costa) estavam em plano de articulação para nomeação de Miguel Costa pra interventoria, se isso acontecesse não seria bom para o Governo Federal melhor que fosse indicado pelo próprio presidente.

As estratégias de João Alberto para assumir o poder do Estado desencadearam duas situações o desentendimento com Miguel Costa seu antigo companheiro de batalhas e o descontentamento do Partido Democrático com Vargas.

O orgulho ofendido rapidamente toma conta do estado, para os democráticos São Paulo pertencia aos paulistas, à humilhação respondia justamente ao fato da nomeação de João Alberto, assim impedindo os mesmos de concretizarem suas vontades políticas que eram justamente governar o estado, ter autonomia e finalmente ter vez no estado politicamente falando, já que durante muitos anos São Paulo foi liderado pelo PRP.

No ano seguinte o Partido Democrático rompeu oficialmente com João Alberto gerando a demissão dos democratas em cargos públicos entre eles a demissão de Vicente Rao chefe da polícia no secretariado de 40 dias, acabando com a divisão do Estado entre democratas e o interventor que viviam em constantes disputas, medindo forças de quem tinha mais prefeituras, cargos políticos cada um por sua vez querendo se mostrar mais no topo do poder. O Fato é que os democratas não aceitavam de forma alguma a submissão, desde o principio o objetivo era o poder máximo comandar o estado sem divisões.

Repudiando as atitudes de João Alberto os democratas tentaram discutir a relação do estado com o ministro da justiça Osvaldo Aranha não obtendo o resultado desejado que fosse justamente depor o interventor partiram para as manifestações lideradas por Francisco Morato com o intuito de pressionar Vargas para lhes conceder autonomia. As manifestações repreendidas resultaram na prisão de

Vicente Rao que foi detido junto com outros membros acusados de organização de revolta isso deixou claro que os democratas não podiam contar com o Governo Federal. Alegando lutar pela população paulista o Partido Democrático se sentiu desprestigiado e sem moral, indignado com a falta de consideração do presidente, que não soube reconhecer o apoio que os mesmos lhes deram no ano de 30 os democratas perceberam que não havia chance de reconciliação entre os paulistas e o regime revolucionário.

Pressionado pela oposição que exigia um novo interventor paulista, João Alberto renunciou ao cargo indicando para lhe substituir Plínio Barreto, o mesmo não aceitou porque não implicaria travar uma guerra com Miguel Costa este tinha grande influência política no governo de São Paulo por ter participado das batalhas no ano de 1924 e da Coluna Prestes, lutou ao lado de Vargas e Oswaldo Aranha na Revolução de 1930 e foi nomeado como General do Exército, comandava sozinho toda a força armada e durante o governo de João Alberto foi Secretário de Segurança do Estado, através dos cargos exercidos ganhou prestígio e poder.

Ainda no mesmo ano fundou a Legião Revolucionária (LR) organização que buscava concentrar o apoio do operariado para instalação do novo regime que enfrentavam a oposição dos grupos mais conservadores de São Paulo.

Miguel Costa não aceitava a indicação de João Alberto, pois os antigos aliados tornaram-se inimigos devido às articulações de João Alberto para conseguir a interventoria paulista, além disso, aceitar a nomeação de Plínio Barreto não estaria somente satisfazendo a indicação de seu inimigo, mas também cedendo as pressões dos democratas. Para garantir que seus interesses políticos fossem preservados Miguel Costa mobilizou os legionários para pressionar Vargas a não aceitar as condições de João Alberto.

Após a renúncia de João Alberto devido à forte oposição dos democratas foi nomeado o novo interventor Laudo Camargo magistrado paulista, atuou em diversos processos eleitorais e tinha forte influência do PRP, o que contribuiu para que durasse pouca sua permanência no cargo. Durante a nova interventoria Miguel Costa se queixava de perseguição a membros do seu grupo, o PD também reclamou do interventor ter negado entregar prefeituras do interior aos membros do partido.

Laudo Camargo contava agora com a forte oposição de Miguel Costa e do PD que protestavam contra os cargos indicados por Laudo fato que também

desagradou o governo federal, pois ele estava reempossando membros que foram depostos quando Vargas assumiu a presidência em 1930, além disso, Laudo Camargo tinha pedido uma reforma da Força pública o que muito desagradou Miguel Costa que junto com João Alberto e Manuel Rabelo exigiam a elaboração de um novo secretariado, diante das medidas tomadas pelo novo interventor percebe-se que estava sendo feito o jogo político em favor do partido democrático aos poucos tomando o poder para si.

Perante as reivindicações Laudo Camargo se demitiu junto com ele outros paulistas que ocupavam cargos federais. Como medida temporária Vargas nomeou como interventor o Coronel Manuel Rabelo era comandante interino da 2ª Região na ausência de Góis Monteiro, fato que reabriu a briga dos paulistas por um interventor civil e paulista, mais uma vez estava no governo de São Paulo um elemento que não fazia parte da política paulista.

A partir dos primeiros meses de Governo Provisório podemos perceber que Vargas sofreu pressões políticas de todas as partes o principal motivo estava claro: o domínio político de São Paulo. A decisão da interventoria paulista requiritava muita cautela do presidente, pois além de seus opositores paulistas teria que enfrentar também seus aliados que estavam divididos em revolucionários e democráticos e ambos se diziam lutar pela mesma causa: a população paulista onde na verdade o que prevalecia eram seus interesses pessoais.

Durante todo o primeiro ano de Governo Provisório as inúmeras tentativas de apaziguar a situação paulista foram inúteis, o descontentamento do PD com o presidente da República gerou a união de grupos políticos a favor da deposição de Vargas para obterem de volta o domínio do Estado que era o pólo político e econômico do país. As medidas tomadas por Vargas no início do seu Governo garantiram a ele Centralização do poder e a diminuição das influências dos Estados e obvio que isso causaria opiniões contrárias, resultando na maior guerra armada que o Brasil já teve.

Fica muito evidente que o principal motivo da guerra civil no ano de 1932 foi de Getúlio não ter entregado o poder do Estado aos seus aliados da revolução de 30, o que ocasionou profundo descontentamento aos paulistas. Para o autor Stanley Hilton, se Getúlio tivesse entregado o Governo de São Paulo a um paulista teria evitado a Guerra Civil de 1932:

Mas, se Getúlio Vargas, em novembro de 1930, tivesse entregado a direção do Estado a um proeminente civil paulista ligado a causa revolucionária, tal como um prócer do Partido democrático, o país não teria estado á beira de uma guerra fratricida em julho de 1932(HILTON, 1982, p. 21).

Após perder seu poder político no golpe de 30 o PRP nunca desistiu de recuperar sua antiga posição no quadro político, continuaram a luta através de outros grupos partidários, através do descontentamento do PD com o presidente federal enxergaram a chance de juntos ligados por um mesmo objetivo derrubar Vargas e recuperar o poder de São Paulo surgiu então à formação da FUP (Frente Única Paulista) composta pelo Partido Democrático rompido com o governo federal e o Partido Republicano Paulista unidos numa ação estadual e nacional contra Vargas. Para Vavy Pacheco (1992, p.78), a formação da FUP, pode ser tomada como a prova histórica e concreta da união da oligarquia paulista. Fica entendido que as oligarquias paulistas se uniram em favor da recuperação de seus privilégios e para isso utilizavam o discurso de autonomia e constitucionalização a fim de fortalecer a FUP contra o Governo Federal.

Unidos com o propósito de lutar para a reconstitucionalização do país alegando ser uma causa nacional e não regionalista PRP e PD formaram o novo partido para a derrubada de quem chamava inimigo externo Vargas, dando início a campanha de constitucionalização e autonomia, intensificando os preparativos para um levante armado. O estado de São Paulo estava em geral com sede de revolta e acreditavam que somente uma nova Constituição poderia devolver-lhes a autonomia do Estado.

A cada dia que se passava após o golpe de 30, São Paulo perdia mais e mais espaço no cenário político e atribuíam isso as ações tomadas pelo governo provisório. Alegavam lutar pela nova Constituição, onde na verdade o objetivo era retomar pelo poder, queria dominar novamente o estado e participar da composição da Assembléia Nacional Constituinte. De início foram contrariados por Vargas nomear políticos de sua confiança para cargos de influência, provocando o descontentamento da elite e classe média paulista que já tinham antipatia pelo presidente desde que os tenentes conseguiram impedir a posse de Júlio Prestes. Os Paulistas se agarraram a ideia de lutar por uma Nova Constituição, pois ao assumir a chefia do Governo Provisório Getúlio Vargas havia prometido a elaboração da nova Constituição, com esse discurso acreditavam conseguir apoio dos militares e

de das demais lideranças políticas do país, tentando sempre pregar a causa Paulista como uma causa do país inteiro em que todos deveriam unir-se em busca da liberdade civil.

Não conseguiriam mérito algum se os paulistas indicassem como insatisfação a perda de seus ideais políticos, tão pouco importava a constitucionalização como caminho da democracia, mas isso justificaria a resistência e revolta armada dos paulistas contra as medidas adotadas por Vargas que se desencadearam desde 1930, como também seria a maneira mais segura de recuperar a autonomia administrativa. Os constitucionalistas declaravam lutar pelo povo e pelo governo paulista, alegando impedir qualquer atentado aos direitos dos cidadãos queria a reconstitucionalização para restabelecer a ordem e foi com esse discurso que os paulistas engrenaram o estado numa revolta armada.

Em fevereiro de 1932 Vargas assinou a nova lei eleitoral, que vinha sendo pensada desde o primeiro ano de governo provisório onde foi criada uma comissão responsável pela reforma da legislação eleitoral. Importante momento para a história política do país primeiro passa para a Reconstitucionalização garantia para os opositores que seu desejo de Nova Constituição seria atendido, teria acalmado a situação se Constituição fosse o real interesse dos paulistas.

O novo código eleitoral visava atender as necessidades do povo brasileiro, resultou na criação da Justiça Eleitoral que ficou responsável por todos os processos eleitorais do país, apuração de votos, reconhecimento dos eleitos e regulando os pleitos eleitorais de todo o país. A nova lei eleitoral também introduziu aos pleitos o voto secreto e a importante conquista do voto feminino com algumas restrições. Mas tarde em Maio do mesmo ano o novo Código Eleitoral também resultou na criação do Tribunal Superior Eleitoral.

Em mais uma tentativa de agradar a elite paulista Vargas nomeou o civil, paulista Pedro Toledo para interventor de São Paulo. O presidente o nomeou com o objetivo de controlar os revoltosos e agradar todas as correntes políticas, assim o estado teria um interventor “civil e paulista” não poderiam mais reclamar de não ter São Paulo comandado por um paulista. Em 14 de maio de 1932 Getúlio marcou a data das eleições para três de maio de 1933.

Pedro Toledo foi à maneira que Vargas usou por hora para satisfazer os paulistas, isso não fez com que eles se calassem as exigências não cessaram diante de um interventor “civil e paulista”. Aproveitando a ida de Osvaldo Aranha a

São Paulo os paulistas o receberam com manifestações. Diante da pressão popular que viam a ida de Osvaldo Aranha como mais uma maneira de tirar o direito dos paulistas de escolher quem governaria seu estado, Vargas não teve outra saída se não formar um novo secretariado constituído de democratas e perrepistas, com nomes indicados pela FUP. Podemos perceber que Vargas por diversas vezes tentou conciliar-se com seus opositores, implantando medidas que atendiam suas reivindicações sem perder a autoridade de chefe do Governo Federal.

As ações tomadas pelo governo provisório não satisfizeram os manifestantes que insistiam em não esperar os tramites para a Reconstitucionalização, agora para os paulistas era questão de honra derrubar Vargas, um novo secretariado e data para as eleições não conseguiram amenizar o descontentamento dos paulistas, porque não era apenas a realização do pleito que interessava mas principalmente a retomada da autonomia, os paulistas já tinham percebido que Vargas não abriria mão de centralizar o poder e controlar os estados, para os paulistas isso implicava na submissão de seus direitos a um governo ditador.

Em meados de 1932 os paulistas estavam convencidos que somente através do uso das armas poderiam voltar a assumir o estado, sentiam-se humilhados, massacrados por Vargas não atender seus interesses políticos, assim discordando da maneira como o presidente conduzia o país. A conspiração surgiu nos primeiros instantes que os privilégios paulistas não foram atendidos, na medida em que Vargas foi se tornando mais firme em suas decisões em relação à situação política de São Paulo o que conseqüentemente desagradou não só seus opositores mas também partidos aliados, seria questão de tempo a eclodir a rebelião armada.

No dia 23 de maio de 1932, quatro estudantes, Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo, morreram em um confronto com a polícia getulista, na Praça da República. Eles viraram mártires e suas iniciais batizaram o MMDC, entidade civil que se tornou símbolo da revolução e que alistava voluntários civis para a luta contra Vargas, o grupo tinha como slogans: “Tudo pela constituição”, “São Paulo dominado por gente estranha”, “Convocação imediata da Constituinte”, era composto principalmente pela juventude estudantil.

O dia 23 foi o ponto de partida para as demais manifestações que vieram durante o ano de 1932. Os quatros jovens que morreram em conflito neste dia foram em busca do que achavam ser direito deles, protestar contra as atitudes do Governo Provisório assim como as demais pessoas que tomaram conta das ruas neste dia,

aproveitou a ida á São Paulo do Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha para mostrar sua insatisfação, mas não contavam com repressão da polícia quando tentaram invadir a sede da organização tenentista a chamada Liga Revolucionária, ocasionando na morte de quatro dos manifestantes.

Esse fato impulsionou ainda mais a sede de revolta dos paulistas, pois além de estarem sendo contrariados politicamente sentiram-se ameaçados porque não esperavam que a manifestação resultasse de maneira trágica a partir daí cultuaram o MMDC que ganhou força e muitos voluntários, pois tornava-se a concretização das articulações que os paulistas estavam planejando contra o Governo, entretanto o grupo opositor a Vargas usaria toda ação contraria para acusar e tentar derrubar o Governo Provisório.

O governo provisório tentou conciliar-se com São Paulo a fim de evitar a eclosão do movimento constitucionalista, mas essas medidas foram inválidas a partir do momento em que o comandante da força militar do Mato Grosso que possivelmente garantiria apoio ao movimento paulista Bertoldo Klinger foi destituído do posto, acusado de conspirar contra o tenentismo, a favor da disciplina e união da classe militar o movimento levantado pelo comandante para que os militares se dedicassem apenas as questões do exército.

Por ser a favor dos tenentes o fato alimentou o desejo de revolução dos paulistas, pois o apoio do general significava ter a tropa mato-grossense como aliado quando no momento buscavam unir forças para iniciar o levante armado, antecipando o início da insurreição e tornando o general Klinger comandante das tropas constitucionalistas. Com o desejado apoio de Bertoldo Klinger e percebendo que Vargas não cederia as pressões que vinha sofrendo os paulistas eclodiram no dia 9 de junho o movimento armado contra o Governo Federal.

Os revolucionários esperavam o apoio de outros estados que não veio, contavam principalmente com o apoio do Rio Grande do Sul por acreditarem que eles jamais trairiam seus aliados, queriam contar com apoio da força militar mais eficiente do país e antes de optarem de fato por uma revolta armada os paulistas acreditavam que somente o apoio do Rio Grande do Sul conseguiria fazer com que Vargas abandonasse o poder ciente de que se assim não acontecesse estariam prontos para a ação militar. Flores da Cunha interventor do Rio Grande tinha dúvidas, por um lado devia lealdade a Getúlio Vargas e por outro a suas raízes no Rio Grande que apoiaria os conspiradores unidos na Frente Única do Rio Grande do

Sul esperava evitar a eclosão da luta armada porque se isso acontecesse teria que se decidir de que lado prestaria apoio.

Sabendo do perigo que seria o apoio do Rio Grande aos paulistas o governo federal tratou logo de negociar e acabar com a dúvida de Flores da Cunha que era a favor da Reconstitucionalização do país e eliminação do tenentismo e queria a reconciliação de Vargas com a classe política do Rio Grande, mas para satisfazer completamente o interventor era preciso a substituição do ministro da Guerra Leite de Castro o que eu não foi problema para o governo federal, com a substituição de Leite de Castro o interventor gaúcho confirmou apoio a Vargas. O interventor de Minas Gerais apoiou Vargas desde o início dos boatos e conspiração, resultando na luta de São Paulo contra o resto do país.

O exército paulista era composto por voluntários reservistas ou não, entidades como a Liga de Defesa Paulista², Instituto do Café³, MMDC e soldados do interior e capital do estado. Os conspiradores contavam com o apoio da maioria dos comandantes federais, as forças atacantes seriam divididas em duas, contava com o apoio de oito aviões do Exército e da força pública liderados pelo Major Ivo Borges. Também aderiram ao movimento, comerciantes e industriais, aqueles que se negavam apoiar os paulistas eram considerados inimigos de São Paulo.

Entretanto no Rio de Janeiro também havia insatisfação por parte de um grupo de coronéis que queria derrubar a ditadura, o que fortaleceu a ideia de um ataque a Capital brasileira que provocaria a adesão de muitos militares, pretendiam destruir com um ataque aéreo os aviões federais com intuito de desmoralizar o Chefe do País a comunicação de qualquer forma entre o governo e sua base em São Paulo.

Convencido pelos civis e militares que acreditavam ser ideal a permanência do interventor no comando político do Estado. No dia seguinte ao início do manifesto Pedro Toledo comunica sua demissão do cargo de interventor a Getúlio, sentindo-se obrigado a apoiar e seguir a opinião do estado, afirmando que a finalidade da revolução era devolver ao povo brasileiro o direito de escolher seu próprio destino e

² Organização política paulista fundada em maio de 1931, com o objetivo de lutar pela “autonomia” de São Paulo. Extinguiu-se em 1934, quando se fundiu com outras agremiações para formar o partidoconstitucionalista de São Paulo.

³ Criado pelo Governo Federal, vinculado ao ministério da Indústria e Comércio, responsável por definir as políticas agrícolas do produto (café) no Brasil.

organiza-se através da constituição, na verdade O interventor demitiu-se para ser o governador constitucionalista do estado como símbolo de unidade revolucionária:

Aclamado, no entanto, Governador do Estado de S. Paulo por todas as forças vivas, não pude resistir ao apelo de meus concidadões para continuar no posto que me confiaram. Vamos prosseguir na luta para satisfazer a mais alta aspiração nacional, que é a de resistir ao povo brasileiro o direito de dispor de seus destinos e de se organizar constitucionalmente, contando com o apoio dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas e outros. (TOLEDO, 1932, p.4). Trecho do discurso de Pedro Toledo ao povo brasileiro, publicado em 11 de julho de 1932.

Entre fins de maio para início de Junho o presidente já se precavia do que estava por vir quando relata em seu diário pessoal: “Sinto que estou atravessando uma das fases difíceis da administração do país”.

Getúlio Vargas, com a coordenação do coronel Góis Monteiro, mobilizou tropas de outros Estados, que se juntaram aos contingentes do sudeste, para debelar, o mais rápido possível o movimento. O governo Federal contava com o apoio dos estados do Rio Grande do Sul e depois de negociações com interventor Olegário Maciel de Minas Gerais, outros estados sem exceções, também se colocaram ao lado de Vargas oferecendo tropas para lutar contra o movimento.

A partir do momento que foi proclamada a revolução constitucionalista os paulistas concentraram-se em mobilizar apoio através do MMDC que envolvia estudantes dos cursos de Direito e Medicina, líderes políticos e oficiais civis também se manifestaram para apoiar o movimento. A classe dominante paulista fazia apelos ao povo contando com a ajuda dos meios de comunicação em massa, para que participassem que pegassem as armas em defesa do Estado, foram realizados manifestos públicos, lançava-se assim uma campanha de persuasão pública.

Para o historiador Stanley Hilton de início a guerra civil era um movimento elitista depois foi abrangendo as demais camadas da sociedade. Reconstitucionalização era o grito de guerra dos paulistas.

A estratégia dos constitucionalistas era simples o objetivo não era atacar, mas pressionar o Governo Provisório para que o mesmo caísse sozinho, porém São Paulo lutava contra o resto do país, começaram a surgir os apelos tentando mostrar que lutavam para que o Brasil conseguisse reintegrar a ordem, que não se tratava de uma causa regionalista. Desde as primeiras articulações contra o governo

provisório São Paulo se faz de vítima onde o vilão seria Vargas por lhes tirar autonomia política. Os conspiradores não pegaram em armas para um benefício coletivo como eles afirmavam, mas sim por seus próprios interesses, sendo estes econômicos e políticos que visava muito mais saciar seu orgulho ofendido do que o bem comum do estado queria novamente uma política que os beneficiasse.

O sentimento de superioridade das oligarquias paulistas ressentidas pela perda do poder, que refletia diante dos outros estados muito contribuiu como incentivo para o movimento. De um lado estava a oligarquia paulista insatisfeita com os rumos da revolução de 1930, e do outro os representantes da economia cafeeira que se viram desalojados pelas medidas tomadas pelo governo provisório.

A imprensa Paulista teve um papel de destaque durante os movimentos de 1932, principal meio de mobilização popular podemos perceber isso em alguns jornais do ano, onde o discurso era de uma classe de revoltosos que lutava para melhoria do país, sempre destaque nas primeiras páginas o esforço e sacrifício dos paulistas, utilizavam sempre um discurso vitorioso:

São Paulo accorre ao appello do Brasil com o Brasil e pelo Brasil! A nação inteira reclama o regime da ordem e da lei: Alteando tal bandeira a victoria da causa constitucionalista representa a victoria da própria nacionalidade. (Jornal Folha da Manhã, 1932, p.1).

Na primeira página do jornal Folha da Manhã do dia 12 de julho de 1932, ou seja, nos primeiros dias de revolta a imprensa paulista divulgou o heroísmo que o movimento armado representava não só para a população paulista, mas para os brasileiros em geral e manteve suas palavras de incentivo e vitória até os momentos finais da revolução.

Não tiveram sucesso aos pedidos de apoio por parte de outros estados, porém a população paulista agarrou a causa com unhas e dentes, as prefeituras financiavam as despesas dos voluntários que formavam verdadeiros batalhões, médicos, engenheiros, industriais, advogados e até mesmo as mulheres que davam sua contribuição como cozinheiras ou enfermeiras. A intenção da população eram as melhores, entretanto, não eram suficientes para encarar uma guerra e a maioria dos voluntários não tinha experiência militar, outro fator que impedia o bom desempenho dos voluntários era a falta de armamento, consequência do pensamento de que a guerra civil duraria pouco tempo. O pessimismo reinava entre os comandantes

constitucionalistas o general Klinger era responsável pelas articulações de batalhas, mas, na verdade limitava suas tarefas em conseguir armas e se encarregava de passar informações o que provocava desentendimento com os outros cabeças da revolução principalmente com o Coronel Euclides Figueiredo⁴ principal chefe da conspiração no Rio de Janeiro.

A exigência maior dos paulistas era única: Substituição do Presidente, fato que era inegociável com o governo federal. Com essa afronta só restava uma alternativa lutar, Vargas estava disposto a enfrentar a revolução e defender seus ideais, os ministros do governo federal eram de comum acordo que as condições deveriam ser mantidas, além da Constituição Provisória o governo propôs a deposição das armas dos rebeldes e um novo governo civil e paulista não foi o suficiente. Os paulistas alegavam lutar por uma nova constituição o que não fazia sentido porque a assembléia constituinte estava marcada para o dia 3 de maio de 1933 e o estado tinha como interventor o paulista e civil Pedro Toledo.

Vargas havia lhes concedido tudo o que desejavam, mas o importante para eles era retomar o poder político. Objetivos parecidos das partes envolvidas ambos queriam manter-se no poder. Diante da evidente contradição dos paulistas, o presidente do governo provisório não entregaria os pontos, com o apoio de todos os outros estados do país Vargas iria desmoralizar o movimento paulista. Por outro lado São Paulo utilizava seu discurso “constitucionalista” para tentar derrubar Vargas, usando como arma os meios de comunicação que impediam de divulgar as ações do governo provisório para implantação da Nova Constituição, com o intuito de persuadir a classe menos esclarecida de São Paulo.

Numa batalha pelo poder sempre as partes envolvidas desejam o poder absoluto, eram fundamentais as ações dos partidos no jogo das forças políticas que por um lado tinha os paulistas unidos na FUP em busca da retomada do poder do estado e do outro o governo federal.

Após as tentativas de negociações com os rebeldes não terem sido aceitas, a ordem era avançar com as tropas federais para cessar com a rebelião. As tropas do Sul foram comandadas pelo Coronel Valdomiro Lima que obtiveram a primeira vitória sobre os constitucionalistas, as tropas governistas redobravam a cada dia seus esforços e rapidamente conseguiam que os revoltosos fugissem alguns sendo

⁴ Comandava as tropas no Rio de Janeiro, despreza o governo Provisório, mantinha contato com infiltrados nas tropas getulistas.

presos. As notícias de vantagens sobre São Paulo eram enviadas rapidamente a Vargas que fazia questão de manter os interventores aliados informados dos acontecimentos, que para os paulistas a consequência maior era que com isso o prestígio do governo aumentava e as chances de apoio para eles por parte de outros estados diminuía. Responsável pela maioria das vitórias das tropas do governo federal Valdomiro Lima almejava a interventoria paulista.

Desde o início o levante armado de São Paulo já indicava ser um fracasso, porém insistiram por três meses contando com o apoio dos populares e usando como principal arma a propaganda. Durante o período da Guerra os constitucionalistas além de se garantirem por meios de emboscadas contavam com infiltrados traidores do Governo que informavam as rotas dos governistas. Os conspiradores infiltrados era motivo de preocupação para o Presidente Getúlio Vargas que temia não saber mais em quem confiar no dia 10 de setembro de 1932 declarou em seu diário pessoal: “Continuam os sucessos militares e aumentam as conspirações políticas” (Diário). Vargas estava satisfeito com as vantagens obtidas, porém se preocupava com os constantes boatos de traidores temia que essa confusão enfraquecesse o governo.

Diante da exaustão Paulista Góis Monteiro ofereceu um acordo de paz a Força Pública Paulista (FPP) constituída por militares rebelados, a FPP concordava que o sacrifício de vidas e a distribuição de materiais tinham que parar. Valdemar Ferreira um dos líderes da rebelião insistia que a luta tinha que ir até o fim se preciso até o extermínio. Os comandantes da FPP aceitaram o acordo de paz enquanto os líderes revoltosos, os comandantes do Estado maior Euclides Figueiredo e Valdemar Ferreira ainda se achavam em condições de lutar e resistindo ao acordo com os governistas deixaram a decisão nas mãos do general Klinger que desde o início previa a derrota paulista a partir do momento que estavam sozinhos numa luta armada contra o país.

Em troca do acordo de paz Góis Monteiro garantiu ao militares da FPP vantagens e regalias em seus postos, sem o apoio da FPP e o comandante Klinger certo que não adiantava mais insistir na rebelião estava acabada oficialmente a guerra civil brasileira no dia 02 de outubro de 1932.

A HISTORIOGRAFIA E A REVOLUÇÃO DE 1932

São inúmeros os discursos a respeito do confronto de 1932, entre Governo Provisório e São Paulo. As reflexões historiográficas marcam o debate sobre as origens e causas do levante armado que resultaram em diversas opiniões entre elas a definição de 1932 identificado como Revolução Constitucionalista que exigia imediatamente pela implantação de uma nova Constituição, ora como Contra – Revolução que lutava contra as consequências do golpe de 1930.

Para o Historiador Stanley Hilton (1982), 1932 representa a insatisfação da elite paulista com o governo centralizador de Vargas, resultando no discurso constituinte que se tratava de uma reação desencadeada da retirada dos privilégios da Elite Paulista nos primeiros meses de Governo Provisório. O autor deixa claro em sua obra que os embates entre as partes envolvidas são, sobretudo por desavenças políticas. Para Hilton a Guerra Civil não se tratava apenas de uma luta elitista, mas sim uma luta de classes pela autonomia do Estado, que teria sido resolvida inicialmente com um interventor civil e paulista.

Para entender as causas e consequências da Revolução de 1932 é preciso identificar os embates políticos desde a República Velha quando São Paulo diminuiu a preponderância econômica e política até o movimento de 1930, onde ocorrem os primeiros fatores que encaminharam o levante de 32, uma junção de grupos políticos com um objetivo em comum, assumir o governo do país. Identificamos os seguintes fatores contribuintes: a Oligarquia da República Velha que queria aumentar seu poder, um grupo de estudantes e jovens em prol de mudanças no regime político, o Tenentismo que militavam pela centralização do poder e o Partido Democrático que almejava o controle do Estado de São Paulo.

A Revolução de 32 para Vavy Pacheco, só pode ser compreendida a partir de uma análise para entender o que o movimento significava para seus participantes e suas diferentes versões. Em sua obra: Tenentismo e Revolução Brasileira (1992) mostra como se deu a luta pelo poder, para ela a principal causa do movimento de 30 e 32. Onde os principais elementos para essa luta eram os partidos políticos que se uniram com o propósito de derrubar Vargas. A causa liberal, Constitucional é considerada para Vavy mecanismo usado pelos paulistas para convencer a população a lutar contra o Governo Provisório, a questão decisiva do conflito foi a

perca da hegemonia que São Paulo desfrutava na República Velha e Vargas retirou em outubro de 1930.

“Não há, na historiografia brasileira, consenso sobre suas motivações e causas” Esse trecho do livro de Marco Cabral e Andre Mota (2010) descreve exatamente as reflexões sobre a Revolução de 1932. Após o fim do conflito armado entre São Paulo e as tropas governistas, os paulistas lutaram pra preservar a memória do movimento transformando o discurso constitucionalista em discurso vencedor, supervalorizando a luta dos paulistas contra Vargas, assim mesmo que tenham sido derrotados militarmente consideram - se vitoriosos. No entanto a historiografia aborda variadas conotações sobre 1932.

Para os historiadores Marco Cabral e André Mota em sua avaliação sobre 1932 o discurso constitucionalista de São Paulo girava em torno de interesses políticos bem esclarecidos: autonomia e poder, implicando no movimento armado que nada mais foi do que a consequência do descontentamento da oligarquia paulista com Getúlio Vargas. A ideia de Constitucionalização é vista como um mito criado pelos paulistas para disfarçar a atuação das elites políticas de São Paulo insatisfeitas, usando os mecanismos de persuasão através dos meios de comunicação para ganhar força e que a causa não fosse vista como regionalista, mas sim nacional. Dessa forma revolução de 1932 é vista como uma aspiração frustrada com a revolução de 1930.

CONCLUSÃO

A chamada Revolução Constitucionalista ou Guerra Civil nada mais foi do que a revolta armada desencadeando o Contra Golpe de 1930 no qual inicialmente um grupo de políticos paulistas não aceitava perder o domínio de São Paulo, em seguida a maneira do Presidente do Governo Provisório Getúlio Vargas conduzir o país desagradou também o PD seu antigo aliado político. O Fato uniu os partidos na Frente Única Paulista contra o Governo Vargas.

Percebe-se que no final de 1930 até o fim do movimento de 1932 os paulistas usavam como discurso principal a “Reconstitucionalização do País”, contudo o que estava em jogo era a busca pelas vantagens que a autonomia política lhe concedia e

Vargas retirou, à revolta de 1932 apenas retomou velhas questões partidárias e regionais, tendo por contraponto uma perspectiva de convergência à concentração política no aparato de Estado de dimensão nacional, levando em consideração que São beneficiou-se mais do qualquer outro estado no sistema de oligarquias.

Porém as diferentes reflexões historiográficas nos mostram que as causas do conflito podem ter tido variados pontos de partidas, mas torna-se evidente que, sobretudo entre 1930 e 1932 foi gerada uma esfera de insatisfação paulista.

A revolta que durou menos de três meses serviu para que Getúlio Vargas construísse seu projeto de poder que duraram por seguintes quinze anos. A resistência do presidente as manifestações de 1932 produziu o seu equilíbrio político. As primeiras medidas tomadas pelo presidente tiveram grande participação na construção desse poder a exemplo dos interventores que Vargas nomeou no início de 30 com o objetivo de fortalecer a presença do Governo Federal nos estados o que gerou a contraposição das oligarquias paulistas altamente atingidas por perderem autonomia dos seus interesses político-particulares.

Referências Bibliográficas

BORGES, V.P. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

NETO, LIRA. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANTOS, M.C; MOTA, A. **São Paulo 1932: memória, mito e identidade**. 2. São Paulo: Alameda, 2010.

STANLEY, H.E. **A Guerra Civil Brasileira: história da revolução constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

A Primeira República muito além do café com leite. Disponível em: www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518_3319. Acesso em: 31 de março de 2016.

Bertoldo Klinger. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/Bertoldo_Klinger. Acesso em: 22 de março de 2016.

Brasil: A República do café com leite. Disponível em: www.dialetico.com. Acesso em: 24 de março de 2016.

Café e Economia Brasileira da ascensão à extinção do ciclo do café. Disponível em: www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores. Acesso em 25 de março de 2016.

FGV – CPDOC. Anos 20 Revolução de 1930: A era Vargas. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/html/anos20/ev_rev30_001.htm. Acesso em: 27 de março de 2016.

Levante Paulista de 1932: Entre os Domínios da Memória e os (dês) caminhos da história. Disponível em: <www.revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6537/4736>. Acesso em: 28 de março de 2016.

Novo Milênio: Especial – Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo. Disponível em: www.novomilenio.inf.br/festas/1932sp.htm. Acesso em 21 de março de 2016.

O Café e a República – Economia Cafeeira. Disponível em: www.mundovestibular.com.br/articles/2809/1/O-CAFE-E-A-REPUBLICA---ECONOMIA-CAFEIRA/Paacutegina1.html. Acesso em: 24 de março de 2016.

Revolução de 1930 e Revolução de 1932. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/nav/fatos_imagens/htm/fatos/revolucao30.htm. Acesso em 22 de março de 2016.

VARGAS, G. Diário. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. A conservação política em São Paulo na Primeira República. Disponível em: <www.cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s10a5.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2016.

www.bndigital.bn.br. Acesso em: 04 de abril de 2016

www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-de-defesa-paulista. Acesso em 06 de abril de 2016.

www.wiki/instituto-brasileiro-do-cafe. Acesso em: 06 de abril de 2016.